



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.409

DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010.

*“Dispõe sobre a redução de juros de mora e multa moratória incidente sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e dá outras providências”*

**DANIEL FERREIRA DA FONSECA**, Prefeito do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reduzir o valor dos juros de mora e da multa moratória em 100% (cem por cento), quando do pagamento em parcela única de débitos fiscais decorrentes de IPTU, vencidos e inscritos em Dívida Ativa, cobrados ou não através de ação de execução fiscal, desde que atualizado monetariamente na forma da legislação tributária municipal vigente.

**§ 1º** - O benefício constante do “caput” deste artigo engloba ainda, os valores que sejam objeto de discussão judicial em ação proposta pelo sujeito passivo, inclusive os saldos de créditos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não cumprido integralmente.

**§ 2º** - Para gozar do benefício fiscal previsto no “caput”, os contribuintes interessados deverão efetuar o pagamento de seus débitos, em cota única, no período de 16 de novembro a 17 de dezembro de 2010.

**Art. 2º.** O pagamento do débito fiscal na condição prevista nesta lei implica em confissão irretratável da sua existência e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como na desistência dos recursos já interpostos.

**Parágrafo Único** - Considera-se débito fiscal o valor do imposto, acrescido do valor da correção monetária, dos juros de mora e da multa moratória, conforme previsto na legislação tributária municipal vigente.

**Art. 3º.** Esta lei não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhida ou depositada em juízo em virtude de decisão transitada em julgado.

**Art. 4º.** As custas processuais e honorários advocatícios incidentes sobre os créditos tributários já ajuizados deverão ser pagos pelo contribuinte na mesma data do pagamento do principal, devendo a Diretoria Municipal de Negócios Jurídicos requerer a extinção da ação, junto ao Poder Judiciário.



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

## Lei nº 1.409/2010-fls.02

**Art. 5º.** A eventual regulamentação dos procedimentos previstos nesta lei será disciplinada por atos complementares da Diretoria Municipal da Fazenda e Diretoria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Cajamar.

**Art. 6º.** Fica o Poder Executivo autorizado firmar convênio com Instituição Financeira, a fim de viabilizar a cobrança dos débitos inscritos em Dívida Ativa, por meio da emissão de boletos de cobrança.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 8º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Cajamar, 9 de novembro de 2010.

**DANIEL FERREIRA DA FONSECA**  
Prefeito Municipal

**JOSÉ CARLOS BACHARELI**  
Diretor Municipal da Fazenda

*Conferida, numerada e datada neste Departamento, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica do Município de Cajamar, mediante afixação no local de costume, aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez.*

**LEONILDA FERNANDES GIRON**  
Departamento Técnico Legislativo